



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

PROJETO BÁSICO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em cumprimento aos princípios administrativos esculpidos no Artigo 37 da Constituição Federal e em observância aos Artigos 1º, 2º, inciso II, e 11 da Lei nº 14.133/2021, elaboramos o presente Projeto Básico, que tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, por meio de procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão o procedimento licitatório, visando à contratação de empresa especializada para a execução do projeto técnico socioambiental, conforme descrito na documentação acostada aos autos e no Contrato de Repasse nº 952191/2023/MCIDADES/CAIXA. A contratação será realizada sob o regime de empreitada por preço global, no qual a contratada deverá executar a totalidade da obra por um preço fixo previamente estipulado, em conformidade com o orçamento detalhado e o cronograma físico-financeiro anexos, assegurando a economicidade, a eficiência e a transparência do processo.

1.2. A contratação será procedida por licitação, pela modalidade Concorrência, fundamentado no Art. 6º, Inciso XXXVIII e Art. 17º da Lei nº 14.133/2021, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos e conforme Decreto Municipal nº 59.674 de 23 de fevereiro de 2023.

1.3. A adoção da modalidade Concorrência justifica-se em razão das características do objeto pretendido, que demanda ampla competitividade, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e observância aos princípios da legalidade, isonomia, eficiência e economicidade.

1.4. Considerando a complexidade técnica dos serviços a serem executados, bem como a necessidade de assegurar a participação do maior número possível de interessados aptos à execução do objeto, verifica-se que a modalidade Concorrência mostra-se a mais adequada, proporcionando maior transparência ao certame e permitindo uma análise mais criteriosa das propostas apresentadas.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

1.5. Além disso, a modalidade escolhida atende às exigências legais aplicáveis ao objeto da contratação, garantindo segurança jurídica ao procedimento licitatório e maior eficiência na futura execução contratual.

2. ORGÃO SOLICITANTE

(BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES, SETOR 03).

**DADOS ORÇAMENTÁRIOS RECURSO DO CONVÊNIO N°
952191/2023/MCIDADES/CAIXA.**

Projeto Atividade	2261 – Realizações de Obras e Serviços de Infraestrutura
Elemento de Despesa	4.4.90.51 – Obras e Instalações
Fonte de Recurso	17000200 – Transferências de Convênios União – Exercício Corrente.

DADOS ORÇAMENTÁRIOS RECURSO CONTRA PARTIDA

Projeto Atividade	2261 – Realização de Obras de Infraestrutura
Elemento de Despesa	4.4.90.51 – Obras e Instalações
Fonte de Recurso	15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos – Contrapartida - Exercício corrente

3. OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente Projeto Básico à contratação de **empresa especializada para execução DO PROJETO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL VINCULADO AO CONTRATO CAIXA N° 952191/2023/MCIDADE– APOIO A EMPREENDIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS DE INFRAESTRUTURA URBANA COM IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MACRODRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES NA CIDADE DE VILHENA.**



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

4. JUSTIFICATIVA

4.1. A justificativa da contratação do Projeto de Trabalho Social (PTS) deve demonstrar, de forma objetiva, a necessidade administrativa, os resultados concretos esperados e os benefícios sociais mensuráveis decorrentes da contratação, em conformidade com os arts. 6º, inciso XX, e 18 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Nesse sentido, a presente contratação tem por objeto a execução do Projeto de Trabalho Social (PTS), vinculado às obras de drenagem pluvial executadas no Bairro Parque Industrial Tancredo Neves, no município de Vilhena/RO, contemplando ações de mobilização comunitária, educação socioambiental, acompanhamento social e mitigação dos impactos decorrentes das intervenções urbanas realizadas na localidade.

4.3. A necessidade da contratação decorre do contexto socioeconômico e urbano da área de intervenção, caracterizada por elevada vulnerabilidade social, precariedade histórica da infra-estrutura urbana e recorrência de alagamentos e doenças de veiculação hídrica. A obra de drenagem pluvial beneficiará diretamente aproximadamente 540 famílias, correspondendo a cerca de 2.600 pessoas, exigindo atuação social estruturada que possibilite à população compreender, acompanhar e utilizar adequadamente a infra-estrutura implantada, garantindo maior efetividade e sustentabilidade ao investimento público realizado.

4.4. A execução do Projeto de Trabalho Social é indispensável para assegurar a integração entre as obras físicas e as ações de desenvolvimento comunitário, promovendo conscientização coletiva acerca da preservação da rede de drenagem, destinação adequada de resíduos sólidos, prevenção de obstruções e redução de riscos sanitários e ambientais. Busca-se, ainda, fortalecer a participação popular e o sentimento de pertencimento da comunidade em relação aos espaços públicos requalificados, ampliando a cooperação entre Poder Público e população beneficiária.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

4.5. Mobilizar e sensibilizar as 540 famílias beneficiárias quanto ao uso correto e à preservação da infra-estrutura implantada; Reduzir os impactos causados pelo descarte irregular de resíduos sólidos nas redes de drenagem; Promover ações educativas voltadas à prevenção de doenças relacionadas à deficiência de saneamento e alagamentos; Ampliar a participação comunitária nas atividades sociais e educativas vinculadas ao projeto;

4.6. Dessa forma, a contratação pretendida demonstra-se necessária e adequada ao interesse público, uma vez que visa não apenas apoiar a execução das obras de drenagem pluvial, mas também assegurar resultados sociais efetivos, melhoria das condições de saúde pública, fortalecimento comunitário e sustentabilidade das intervenções urbanas realizadas no Bairro Parque Industrial Tancredo Neves.

5. ESTIMATIVA DO VALOR

5.1. O valor da contratação está baseado em ampla pesquisa de preços realizada por empresas do ramo e pelos servidores da Prefeitura Municipal de Vilhena/RO.

5.2 Os valores máximos para contratação será conforme a seguir:

5.3 Fomos considerados o levantamento qualitativo e quantitativo com base no Projeto Técnico Socioambiental – PTS – tendo como o valor da planilha de R\$ 603.716,08 (seiscentos e três mil, setecentos e dezesseis reais e oito centavos), são provenientes de recursos próprio do município. de convênio Contrato de Repasse de nº 952191/2023/MCIDADES/CAIXA.

6. FORMA DE EXECUÇÃO

6.1. A execução pretendida do Projeto de Trabalho Social (PTS) será realizada de forma contínua, participativa e integrada à intervenção física prevista para o Bairro Parque Industrial Tancredo Neves, observando as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 464/2018 do Ministério das Cidades, bem como as normas técnicas e administrativas aplicáveis.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

6.2. Os serviços serão desenvolvidos conforme cronograma físico-financeiro e plano de ação previamente aprovados pela Administração, contemplando metodologias participativas, atividades educativas, ações de mobilização comunitária e acompanhamento social das intervenções executadas no território beneficiado.

6.3. A operacionalização das atividades ocorrerá por meio de equipes técnicas multidisciplinares, compostas por profissionais habilitados, responsáveis pela execução, acompanhamento e registro das ações socioambientais previstas no PTS. As atividades serão executadas de forma escalonada, em consonância com o avanço da obra e com as demandas identificadas no diagnóstico socioterritorial da comunidade.

6.3.1. A metodologia de execução compreenderá, entre outras ações:

- realização de reuniões comunitárias, oficinas, palestras e rodas de conversa;
- visitas domiciliares para orientação e acompanhamento das famílias beneficiadas;
- ações de educação ambiental e patrimonial;
- atividades de mobilização e fortalecimento comunitário;
- campanhas educativas com utilização de materiais informativos impressos e digitais;
- articulação institucional com secretarias municipais, lideranças comunitárias, associações locais e demais atores sociais envolvidos;
- desenvolvimento de ações voltadas à inclusão produtiva e ao fortalecimento socioeconômico da comunidade.

6.3.2. As ações serão organizadas conforme os quatro eixos estruturantes definidos pela Portaria nº 464/2018:

I – Mobilização, organização e fortalecimento social;

II – Acompanhamento e gestão social da intervenção;

III – Educação ambiental e patrimonial;

IV – Desenvolvimento socioeconômico.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

6.4. O acompanhamento da execução dos serviços será realizado pela fiscalização designada pela Administração, mediante análise dos relatórios técnicos, registros fotográficos, listas de presença, indicadores de participação social e demais instrumentos de monitoramento previstos no cronograma operacional.

6.4.1. Como critérios objetivos de acompanhamento e avaliação dos serviços, serão observados:

- cumprimento do cronograma de execução das ações;
- quantidade de atividades realizadas por eixo temático;
- participação da comunidade nas ações promovidas;
- alcance das metas previstas no PTS;
- apresentação periódica de relatórios técnicos de execução;
- efetividade das ações socioeducativas e de mobilização comunitária;
- atendimento às orientações da fiscalização e às normas aplicáveis.

6.5. A CONTRATADA deverá garantir a execução das atividades dentro dos prazos estabelecidos, observando os princípios da eficiência, participação social, sustentabilidade e gestão compartilhada, visando assegurar a adequada apropriação das melhorias implantadas pela população beneficiada e a promoção do desenvolvimento social sustentável do território.

7. DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos ocorrerão mediante apresentação de relatório de execução das atividades socioambientais realizadas no período, acompanhado da respectiva documentação comprobatória, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato designado pela Administração, responsável pelo acompanhamento técnico, social e operacional da execução do Projeto Técnico Socioambiental, observando-se o cronograma físico-financeiro estabelecido. A nota fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA e certificada pela Secretaria Municipal competente.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

7.2. Para solicitação de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar ofício direcionado ao Fiscal do Contrato, acompanhado dos relatórios das ações executadas, listas de presença, registros fotográficos, materiais produzidos e demais documentos comprobatórios pertinentes. Caberá ao Fiscal do Contrato adotar as medidas necessárias para análise, acompanhamento e validação das atividades executadas, assegurado o direito de solicitar complementações, ajustes ou correções, desde que compatíveis com as metas, indicadores e obrigações previstas no Projeto Técnico Socioambiental e seus anexos.;

8. DO PAGAMENTO

8.1. Após tomadas todas medidas apontadas no item 7.1 deste **Projeto Básico**, o processo será instruído com a respectiva **Nota Fiscal** devidamente certificada pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos e demais documentos conforme (Item 8.7);

8.2. As notas fiscais deverão conter a descrição do objeto, conforme empenho, e estar em nome da CONTRATANTE;

8.3. Em caso de erro na **Nota Fiscal** a CONTRATADA deverá providenciar as devidas correções;

8.4. Havendo erro nos documentos de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE;

8.5. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta;

8.6. ACONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

8.6.1. Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

8.6.2. Se o serviço executado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita;

8.6.3. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento;

8.6.4. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

8.7. No ato de cada pagamento a empresa deverá apresentar as Certidões: Negativas de tributos **FEDERAL/INSS**, **FGTS**, **Trabalhista/CNDT**, **Falência, Concordata e Recuperação Judicial**, **Estadual**, e **Municipal** válidas, bem como a documentação conforme segue, exigida através da I.N. 003/2023/CGM, em seu artigo 19, I ao V.

8.8. Não havendo impedimentos por parte do CONTRATADO, a **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, encaminhará o processo administrativo ao setor do Almoxarifado para incorporar ao Patrimônio e liquidação, após ao setor de Tesouraria da SEMFAZ**, para pagamento após o recebimento da Nota Fiscal e procedimentos administrativos, de acordo com o Artigo 141 da Lei 14.133/2021.

8.8.1. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,000328767, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (1/100) \quad I = 0,000328767 \\ 365$$

TX = Percentual da taxa anual = 12%

8.9. Serão retidos na fonte, a cada pagamento efetuado, os valores correspondentes ao **ISSQN** (Imposto sob serviço de qualquer natureza), em conformidade o Código Tributário do Município de Vilhena-RO, e se for o caso, também poderão ser retidos os valores relativos às contribuições sociais nos termos da Instrução Normativa nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, da Receita Federal do Brasil.

8.10. O Município de Vilhena efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço, conforme previsto no Decreto 60.470/2023 e na Instrução Normativa RFB no 1234/2012.

8.11. Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço objeto do Presente Termo de Referência, nos termos previstos no Decreto Municipal nº 60.470/2023 e na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.

8.12. No caso da Contratada não ser obrigada à retenção, a mesma deverá comprovar esta condição;



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

8.13 O prazo para o pagamento da Nota Fiscal terá início a partir da data de seu recebimento, sendo o pagamento efetuator em até 30 dias úteis.

9. CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO

9.1. Os Prazos serão conforme a seguir.

9.1.1. SETOR 03.

CONVÊNIO CONTRATO DE REPASSE Nº 952191/2023/MCIDADES/CAIXA.

Prazo de Trabalho Técnico Social e de 24 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses, em caso de necessidade para finalizar a obra.

9.2 Os contratos poderão sofrer alterações nos termos do Artigo 105, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. Conforme Art. 115 da Lei 14.133/2021, § 5º Em caso ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (**Lei nº 14.133/2021, Art. 115º, caput**).

9.5. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, **o objeto** do contrato ou seu equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (**Lei nº 14.133/2021, Art. 119º**).

9.6. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou seu equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (**Lei nº 14.133/2021, Art. 120º**).



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

9.7. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou seu equivalente **(Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, caput)**.

9.8. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar **o objeto** do contrato ou seu equivalente **(Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, §1º)**.

10. DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO

10.1. A CONTRATANTE convocará a empresa para assinatura do Contrato Administrativo, conforme Minuta de Contrato, anexo ao Edital de Licitação;

10.2. Para assinatura do Contrato Administrativo, a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias após a convocação, permitindo-se a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 90, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

11. DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

11.1. A extinção do contrato será observada o disposto nos artigos: 137, 138 e 139 da Lei 14.133/2021.

12. DO ACRÉSCIMO, REDUÇÃO E REAJUSTE DO CONTRATO

12.1. Os contratos oriundos deste Projeto Básico poderão sofrer alterações na forma do disposto nos artigos 124 e 125 da lei 14.133/2021.

12.2. Os Reajustes poderão ocorrer sempre respeitando ao princípio da anualidade.

12.3. Os atrasos ocasionados única e exclusivamente pela empresa não dão direito ao reajuste de preços.

13. DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

13.1. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato (ou equivalente) por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

14. DA GARANTIA

14.1. A CONTRATADA deverá executar o Projeto Técnico Socioambiental em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, diretrizes do órgão concedente, legislação vigente e especificações constantes neste Projeto Básico, observando critérios de qualidade, eficiência, regularidade e adequação das atividades socioambientais desenvolvidas. Os serviços executados deverão atender integralmente às metas, metodologias, cronogramas e resultados previstos, ficando a CONTRATADA obrigada a refazer, corrigir ou substituir, às suas expensas e sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, quaisquer atividades, produtos ou serviços que apresentem desconformidade técnica, inadequação metodológica ou execução em desacordo com os padrões estabelecidos, até o efetivo cumprimento das exigências contratuais.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. A CONTRATADA recolherá aos cofres do Município de Vilhena/RO, caução correspondente a 1% (um por cento), do valor do Contrato, conforme Art. 96 da Lei 14.133/2021.

15.2. A exigência de prestação de garantia contratual, na modalidade caução correspondente a 1% do valor do contrato, encontra respaldo no Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, e tem como finalidade resguardar a Administração Pública quanto ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

15.3. Dessa forma, a fixação do percentual de 1% mostra-se adequada e proporcional, considerando a natureza do objeto contratado, estando dentro dos limites legais e em conformidade com as boas práticas de gestão e fiscalização contratual.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

16. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

16.1. A equipe técnica será formada por Servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Planejamento – Nomeado através da Portaria para elaboração do PTS e responsabilidade técnica. O acompanhamento das ações deste PTS e fiscalização de execução do Projeto Técnico Socioambiental – Contrato de Repasse Caixa nº 952191/2023/MCIDADES/CAIXA esta sob a responsabilidade.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Compor planilhas observando todos os custos e despesas necessárias para a correta execução do objeto;

17.2. Entregar tempestivamente ao Fiscal de Contrato, na sede do CONTRATANTE, nota fiscal e demais documentos necessários, sempre que solicitado ou houver medição;

17.3. Manter regularidade Fiscal nas fazendas (Municipal, Estadual e Federal) e previdenciária nos termos do Item 8.7 deste Projeto Básico, em todo o decorrer da execução dos serviços;

17.4. A ordem de serviço só será emitida após a comprovação de inscrição da obra no CNO (Cadastro Nacional de Obra), vinculado ao número de contrato e a ART ou RRT (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução salvo em casos previamente determinados em legislação vigente.

17.5. Executar os serviços, objeto deste Projeto Básico, observando as normas técnicas vigentes, o presente instrumento de referência, as especificações técnicas dos equipamentos, as boas práticas de execução, e empregando somente material de primeira qualidade, que atendam às exigências mínimas de mercado;

17.6. Nomear Responsável Técnico, encarregado pelas tarefas, com a missão de, dentre outras coisas, prestarem as necessárias orientações aos executores, garantindo assim o perfeito andamento dos serviços;

17.7. O Responsável Técnico se reportará, sempre que houver necessidade, diretamente ao fiscal e deverá tomar todas as providências pertinentes para que



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

sejam corrigidas quaisquer imperfeições, defeitos e/ou falhas detectadas na execução dos serviços contratados;

17.8. Responder e corrigir prontamente todos os problemas, vícios, falhas e defeitos percebidos na execução dos serviços e/ou no fornecimento dos produtos contratados, bem como refazer ou adequar quaisquer serviços impugnados pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional;

17.9. Comunicar formalmente ao fiscal com cópia ao gestor do contrato por escrito, sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam vir a prejudicar o correto cumprimento dos serviços;

17.10. Assumir inteira responsabilidade pela qualidade dos equipamentos, ferramentas, peças, partes, componentes, acessórios e materiais empregados;

17.11. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos materiais licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeitos de fabricação durante a vigência do prazo de garantia;

17.12. A CONTRATADA para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

17.13. A CONTRATADA estará obrigada, durante a vigência do prazo de garantia, a realizar a devida manutenção no local;

17.14. Fornecer e assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento de toda a mão de obra, peças, equipamentos, materiais, acessórios, ferramentas, utensílios, componentes, suprimentos, transporte e insumos necessários ao perfeito cumprimento dos serviços;

17.15. Manter seus técnicos devidamente uniformizados e identificados, bem como provê-los, às suas exclusivas expensas, de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

- 17.16. Cumprir fielmente legislação vigente (Norma Regulamentadora nº 18), contratando sem ônus a CONTRATANTE Profissional de Segurança no Trabalho para elaboração de projetos, supervisão ou supervisão sempre que necessário;
- 17.17. Responsabilizar-se por todas as despesas, tais como: impostos, taxas, serviços, licenças, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes do contrato, conforme exigência legal;
- 17.18. A ação ou omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização da CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total e irrestrita responsabilidade pela execução de quaisquer serviços;
- 17.19. Manter a execução dos serviços, (Em caso de necessidade de Paralisação por motivos alheios, deverá solicitar sempre por escrito e devidamente justificado, podendo ainda ter este pedido deferido ou indeferido pelo FISCAL DA OBRA ou pelo GESTOR DO CONTRATO);
- 17.20. Executar os serviços contratados estritamente dentro dos prazos estabelecidos.
- 17.21. Os serviços serão executados por mão de obra especializada e deverão obedecer rigorosamente às normas e especificações constantes neste Projeto Básico;
- 17.22. Responsabilizar-se pela reparação de todo e qualquer dano ocasionado;
- 17.23. Cumprir fielmente as especificações de materiais, peças e ferramentas solicitadas nas planilhas orçamentárias, sendo que serão recusados os que se encontrarem fora de especificação;
- 17.24. Todas as despesas relativas à legalização dos serviços perante os órgãos municipais, estaduais ou federais, correrão por conta da CONTRATADA;
- 17.25. Será de responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, bem como a exigência



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

do uso dos equipamentos de proteção individual necessários, sob pena de paralisação imediata dos serviços;

17.26. A CONTRATADA deverá estar disponível para contato através de ligações telefônicas, a serem realizadas por servidores da CONTRATANTE, bem como deverá comparecer sempre que solicitado para tratar de assuntos referentes ao bom andamento do processo;

17.27. É obrigação da Contratada, solicitar o Recebimento de Obra Pública, por meio formal, em até 30 dias após o recebimento da medição final, bem como providenciar e apresentar as baixas da ART, RRT e do CNO assim que solicitadas.

17.28. A contratada é responsável pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

17.29. A contratada deve permitir o livre acesso dos servidores da União Federal (Poder Concedente do convênio) e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Conferir os serviços executados e as notas fiscais se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho;

18.2 Pagar a CONTRATADA no prazo estabelecido;

18.3. Prestar esclarecimentos que se fizerem necessários à CONTRATADA;

18.4. Comunicar todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados;

18.5. Fiscalizar a execução dos serviços podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Projeto.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

19. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

19.1. Serão desclassificadas as propostas que:

19.1.1. Não atendam às exigências deste Projeto Básico, do Edital e seus Anexos;

19.1.2. Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;

19.1.3. Não atendam às características mínimas deste Projeto Básico.

20. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

20.1. Poderão participar os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Projeto Básico, do Edital e seus Anexos e estiverem habilitados no sistema para participação, desde que:

20.1.1. Comprove, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto deste Projeto Básico, envolvendo atividades socioambientais similares, observadas as características técnicas, complexidade operacional e quantitativo mínimos definido neste instrumento convocatório;

20.1.2. Atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos no Edital;

20.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

20.3. Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

20.3.1. Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;

20.3.2. Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, seja controladora, coligada ou subsidiária entre si;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

20.3.3. Que por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

20.3.4. Empresas estrangeiras que não atenderem as exigências de habilitação, onde tais serão exigidas, mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado de Boas Práticas de Fabricação;

20.3.5. Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do Município de Vilhena, inclusive na condição de sócio ou dirigente;

20.3.6. Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

20.4 conforme a Lei nº 14.133/2021 poderá ser exigida, na fase de habilitação jurídica, os documentos previstos como;

- I. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- III. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; ,
- IV. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, de modo a comprovar o ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;
- V. Documentos pessoais do representante legal da empresa

20.5. Desta forma conforme o art, 68 da Lei nº14.133/2021 informamos exigências de regularidades fiscais.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

- I. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ (art. 68, inciso I);
- II. Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, admitida a certidão positiva com efeitos de negativa (art. 68, inciso III);
- III. Certidão de regularidade de débitos com a Fazenda Estadual e com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, admitidas certidões positivas com efeitos de negativa (art. 68, inciso III);
- IV. Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, também admitida a certidão positiva com efeitos de negativa (art. 68, inciso IV);
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei nº 12.440/2011, podendo ser apresentada certidão positiva com efeitos de negativa (art. 68, inciso V).

21. DAS PENALIDADES

21.1. A CONTRATADA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e comprovado), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescrita pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas cogentes):

- I. Advertência;
- II. Multa moratória, nos seguintes percentuais:
 - a) No atraso injustificado da execução do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do contrato, limitado a 10% (dez por cento);
 - b) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do contrato, limitado a 10% (dez por cento);



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

- c) No caso de atraso injustificado para a execução do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato, incidência limitada a 10 (dez) dias;
- d) Na hipótese de atraso injustificado para execução do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do contrato;
- e) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
- f) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas "a" e "b", poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

III. Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:

- a) Pelo descumprimento total, 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;
- b) Pelo descumprimento parcial, até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida - aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;
- c) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE.

IV. Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração, prevista no artigo 156, III da Lei nº 14.133/2021, por prazo não superior a 3 (três) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas;

V. Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

21.2 A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

21.3 A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

21.4 Reabilitações perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

21.5. Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Projeto Básico admitem prorrogação conforme art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

21.6. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

21.7. Será admitida a retenção cautelar de valor devido a título de multa por atrasos injustificados na execução contratual, até o esgotamento do processo administrativo. As multas devidas serão descontadas do valor das faturas para pagamento, ou quando não existir crédito da empresa contratada perante o CONTRATANTE, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da intimação.

21.8. Os procedimentos a serem adotados, no âmbito do Município de Vilhena para a apuração de falta contratual no fornecimento de bens e serviços, observarão o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas cogentes.

21.9. As empresas punidas com Impedimento de Licitar e Contratar com o Município de Vilhena, Suspensão Temporária de Participar em Licitação ou que sejam declaradas Inidôneas para Licitar e Contratar com a Administração Pública, serão incluídas no CADFILM.

22. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

22.1. Atestado (s) de Capacidade Técnico-Operacional: Atestado fornecido por entidade(s)/empresa(s) de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou os serviços com características pertinentes e compatíveis aos itens estabelecidos neste Projeto Básico.

22.2. A exigência de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior de produtos em quantitativo mínimo correspondente a 20% (vinte por cento) do objeto licitado, encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus artigos 67 e 69, que autorizam a Administração a exigir documentos destinados à comprovação da aptidão técnica do licitante.

23. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

23.1. **Balanco patrimonial** e demonstrações contábeis referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e **apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas. (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021).

23.1.1– O balanço deve ser apresentado com o pertinente **Termo de Abertura e Encerramento**, devidamente **REGISTRADO E/OU AUTENTICADO** pela Junta Comercial do Estado, sede da empresa licitante ou que tenha sido transmitido via SPED.

23.1.2.– No caso de empresa constituída a menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, substituível pelo Balanço de Abertura,



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado ou que tenha sido transmitido via SPED.

24. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

26.1. Este “**Projeto Básico**” foi elaborado com base em legislação vigente, na lei 14.133/2021 e normativas internas do município de Vilhena, os casos nele omissos, poderão ser dirimidas pelas cláusulas contratuais e/ou pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

25. DO FORO

25.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

26. CONSIDERAÇÕES FINAIS

28.1. Os serviços serão realizados de acordo com o presente Projeto Básico, memorial descritivo, planilha quantitativa e orçamentaria, cronograma físico e financeiro e memória de cálculo, poderá ocorrer alteração contratual desde que verificado a legalidade, e após avaliação dos autos por técnicos do Município de Vilhena e com a devida autorização do Prefeito Municipal.



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
RUDIERIO LOPES PEREIRA



26/05/2026 10:04:50

<https://vilhena.ary.alextech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade/?identificador=4b1cf50d-f3b0-4b10-b505-7092c52fad68>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Vilhena/RO, 26 de maio de 2026.

Elaborado por: Emily Amanda Araújo Ribeiro

Matricula 16767

Na Forma do que dispõe o Artigo 45, da Lei 14.133/2021, APROVO o presente Projeto Básico.

Autorizo prosseguimento do feito, na forma da lei:

RUDIERIO LOPES PEREIRA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos



Assinado por: EMILY AMANDA ARAÚJO RIBEIRO 26/05/2026
10:02:55 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
